

• Nacional

CAPITAL EXTERNO

Para Ozires, não existe vantagem na estatização do setor de derivados

por Fátima Belchior do Rio

O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, não considera vantajosa para o País a estatização ou nacionalização da atividade de distribuição de derivados de petróleo, tal como votada, na última terça-feira, pela Comissão de Sistematização.

Já o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, também presidente de honra do PFL, preferiu não se manifestar sobre o assunto, pois não dispõe de "dados seguros" sobre vantagens e desvantagens da participação dessas empresas no mercado distribuidor. "O monopólio da União nas atividades de exploração, produção e transporte de derivados de petróleo é fundamental. A distribuição é um assunto que merece ser mais aprofundado. E deve ser deliberado pelos constituintes", disse Chaves.

Silva revelou-se muito surpreso com a decisão da Constituinte. "Estas empresas estão no Brasil há muito tempo, desenvolvem um bom trabalho, trocam experiências com a Petrobrás, o que é bom para a competição e útil para o consumidor", disse. Sobre a possibilidade de a Petrobrás ter suas pretensões de atuar no exterior dificultadas em caso de aprovação

da emenda, Silva foi taxativo: "Não acredito em retaliações".

Em uma primeira fase, segundo Silva, a Petrobrás não teria estrutura para assumir a distribuição de derivados sozinha. "Cumpramos o que for decidido pela Constituinte", disse ele, destacando que, posteriormente, as coisas se ajustariam.

Na opinião do presidente da Federação Nacional de Revendedores de Combustíveis (Fecomcombustíveis), Gil Siuffo, representante de 20.500 postos no País, com as mais diferentes bandeiras, a estatização só viria a piorar a situação financeira da Petrobrás. "Com a estatização é que a Petrobrás vai vender abaixo do custo", disse, referindo-se aos prejuízos atuais da estatal com o fato de os preços dos derivados não estarem nos níveis reais.

Apesar de não se ter manifestado diretamente sobre o assunto, o ministro Aureliano Chaves deu indicações do que pensa, em um seminário realizado na Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre investimentos públicos: "O Brasil precisa compatibilizar a presença da iniciativa privada com a iniciativa pública. Mas, isso deve refletir a vontade da sociedade brasileira".

Shell poderá deixar o Brasil depois de 74 anos de atuação

por Fátima Belchior do Rio

A Shell, que há 74 anos atua no Brasil como distribuidora de derivados de petróleo, sairá do País se sua matriz, a anglo-holandesa Royal Dutch Shell, perder seu controle majoritário. Esta posição foi manifestada pelo seu presidente, Robert Anthony Broughton, ao comentar a aprovação pela Comissão de Sistematização de emenda nacionalizando a distribuição de derivados de petróleo no Brasil.

Broughton deu, ontem, várias entrevistas à imprensa — primeiro, convocou para a sede da Shell, e mais tarde, durante seminário na Confederação Nacional da Indústria (CNI) — e deixou claro que, se aprovada no Plenário, a emenda trará repercussões negativas para o Brasil, tanto externamente como internamente. No primeiro caso, será um precedente negativo para os estrangeiros que pretendem investir no Brasil. E, no segundo, representará a extensão da estatização do País.

Aliás, o presidente da Shell, que responde por 21% do mercado atacadista de derivados de petróleo (este percentual lhe garante o segundo lugar, depois da Petrobrás Distribuidora, com 35%), considera que a pretensão da Petrobrás de trabalhar no exterior também poderá ser questionada, já que os brasileiros não querem os trabalhos de uma empresa instalada no País há 74 anos. Referiu-se, inclusive, às tentativas feitas, nos últimos tempos, pela Petrobrás de operar no mar do Norte.

A decisão da Comissão de Sistematização já foi comunicada pela Shell Brasil à matriz. E a reação foi de surpresa, segundo relatou Broughton. De qualquer forma, adiantou ele, a empresa está disposta a lutar contra a medida, procurando convencer os 559 membros da Assembleia Nacional Constituinte de como ela será desvantajosa para o País. Durante este ano, a Shell investirá US\$ 110 milhões. Para o próximo ano, projeta aplicar US\$ 150 milhões, dos quais US\$ 100 milhões na distribuição de derivados.

A Esso, Texaco e Atlantic — distribuidoras com



Robert Broughton

15, 9 e 9% do mercado, respectivamente — adotaram, ontem, tom de cautela ao comentar a possibilidade de o Plenário da Constituinte aprovar a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo. A Petróleo Ipiranga, única empresa privada nacional neste segmento, foi procurada por este jornal, mas não se manifestou.

"Estou confiante de que a proposta não será aprovada no Plenário da Constituinte", disse o presidente da Texaco, Ralph Martin. "Na verdade, a nossa empresa não cogita esta hipótese (de sair do País) por enquanto", observou o diretor de assuntos externos da Esso, Adhemar Berlefein, referindo-se ao comentário de Broughton. "Não será aprovado", sintetizou o vice-presidente da Atlantic, Ari Macedo.

O presidente da Esso, William Jackson, distribuiu nota aos seus funcionários esclarecendo-lhes sobre a posição da Comissão de Sistematização. "A nós cabe mostrar aos membros da Constituinte por que os fatos nos levam a achar que o projeto do monopólio sobre a distribuição deve ser eliminado. Isto não significa interferir na soberania nacional, mas trata-se de um processo de esclarecimento de todos os fatos ligados à distribuição, mostrando a real con-

"Votei equivocadamente"

por Fátima Belchior do Rio

"Foi um lamentável equívoco." Com essas palavras, e demonstrando sinais visíveis de constrangimento, o empresário e senador Albano Franco justificou seu voto de aprovação à nacionalização, ou mesmo estatização, da distribuição de derivados de petróleo no País.

Franco falou à imprensa após a abertura de seminário sobre investimentos públicos na Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade da qual é presidente. Participou dos trabalhos pela manhã, mas não à tarde, quando o tema debatido foi petróleo. Entre os presentes estavam o presidente da Shell, Robert

Anthony Broughton, e o da Petrobrás, Ozires Silva.

O empresário sergipano revelou que aprovou a emenda, pois estava chegando atrasado ao plenário na hora da votação. "Eu não votaria de novo, pois é uma emenda controversa. Prevê não somente a nacionalização mas até mesmo a perspectiva de estatização", disse.

"Votei equivocadamente. Mas é importante dizer que meu voto não teve influência no resultado. Foram 50 votos favoráveis, e eram necessários 47 para a aprovação", defendeu-se Franco.

Em matéria paga publicada hoje nos jornais, Franco demonstra sua preocupação com os reflexos de seu voto.

tribuição de nossa empresa, para que possamos continuá-la, a exemplo dos últimos 75 anos", diz a nota.

Os executivos da Esso, Texaco e Atlantic foram unânimes em declarar que deputados e senadores aprovaram a manutenção da distribuição com as empresas multinacionais.

Aliás, segundo o executivo da Shell, as informações que lhe chegaram revelavam que vários membros da Constituinte votaram a favor da emenda, por considerarem o voto do senador Albano Franco indicativo. "Isto não é uma forma séria de se tratar um assunto desta magnitude", disse ele.

Nos EUA, Sodrê tenta evitar as retaliações

por Maria Helena Tachinardi de Washington

A notícia de que a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou a estatização da distribuição de petróleo no Brasil caiu ontem de manhã como uma bomba nos meios oficiais brasileiros em Washington num momento em que o chanceler Roberto de Abreu Sodrê tenta, por meio de diálogo com o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, evitar retaliações às exportações brasileiras.

No início desta semana, Sodrê, em conversa com Shultz, pediu-lhe solidariedade com o Brasil num período difícil em que a Constituinte está votando matérias sensíveis que, inclusive, dizem respeito ao tratamento do capital estrangeiro. O raciocínio do ministro, transmitido a Shultz, é de que qualquer retaliação, nesse momento, levaria a um enfraquecimento do Centro Democrático na Constituinte e a um fortalecimento das posições nacionalistas que predominam na Comissão de Sistematização, o que poderia prejudicar os interesses externos no País.

O chanceler brasileiro, que participa do 17º período de Sessões Ordinárias da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), voltou a encontrar-se com Shultz na noite da terça-feira, a pedido do próprio secretário de Estado que, ao abandonar o plenário, após seu discurso, chamou Sodrê e com ele conversou por volta de cinco minutos informando-lhe, segundo relato do próprio ministro, que o diálogo com o Brasil continua.

Shultz, antes de dirigir-se à OEA, na tarde de terça-feira, ter-se-ia reunido com funcionários do governo norte-americano ligados ao contencioso na área de informática que lhe teriam informado sobre a situação.

Apesar de a medida votada ontem pela Comissão de Sistematização não ser ainda definitiva, pois passará pelo Plenário, teme-se, nos meios oficiais brasileiros nos Estados Unidos, que o incêndio já provocado pelas relações conflituosas no terreno da informática possa se estender às empresas petrolíferas norte-americanas.

"Temos de corrigir isso rapidamente", diz Amato

por Walkyria Portes de São Paulo

"Mais uma vez fomos surpreendidos com essa discriminação ao capital estrangeiro". A reação é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, ante a aprovação, pela Comissão de Sistematização da Constituinte, de emenda que estende ao monopólio da União também a distribuição dos derivados de petróleo.

Para o empresário, "é inadmissível que empresas que estão aqui há 75 anos tenham que sofrer modificações radicais". A emenda aprovada faculta a delegação dos serviços de distribuição a empresas privadas com maioria de capital nacional. Ele teme a repercussão negativa dessa decisão no mundo inteiro. "Temos que corrigir isso o mais rapidamente possível. Se queremos investimentos estrangeiros no País, essa discrimina-

ção não é razoável", afirmou. O presidente da FIESP entende que os brasileiros, por intermédio da Petrobrás, podem proporcionar seu próprio desenvolvimento, mas é inaceitável que se rompam os direitos adquiridos dos estrangeiros. "Poderíamos criar uma modalidade, daqui para o futuro, para resolver esse problema do monopólio, mas de forma paulatina", entende ele. Mas, acrescentou, a economia de mercado é séria e está sujeita a algumas regras que devem ser cumpridas aqui, como no resto do mundo.

A União detém atualmente o monopólio da pesquisa e lavra, refino, importação e exportação do petróleo.

A comissão da FIESP que acompanha os trabalhos da Constituinte vai se manifestar sobre esse assunto, informou. "Mas a maioria dos empresários entende que a iniciativa privada deve prevalecer".

Bresser afirma que a decisão não faz sentido

por Jurema Baesse de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticou, ontem, a decisão tomada na última terça-feira pela Comissão de Sistematização da Constituinte que aprovou a nacionalização dos serviços de distribuição de derivados de petróleo no País. "Esta decisão representa um sinal muito negativo aos investidores estrangeiros e às multinacionais", afirmou. A sua expectativa é que a "Assembleia Nacional Constituinte modifique esta decisão".

Segundo ele, "a Assembleia Nacional Constituinte está fazendo um trabalho sério, mas em certos pontos toma decisões que me parecem injustificáveis, como a que nacionalizou a distribuição dos derivados". Bresser argumentou que "existe no Brasil, há muito tempo, empresas multinacionais que distribuem o petróleo e de forma nenhuma essas empresas ameaçam a soberania nacional, pelo contrário têm dado contribuição".

Apesar de afirmar que a decisão não terá reflexos diretos sobre a economia do País, Bresser lamentou novamente a decisão dos parlamentares. "Acho que realmente não faz nenhum sentido a decisão tomada ontem (terça-feira)". Segundo ele, o fundamental é que este tipo de decisão é negativo para o País. "O Brasil tem grande interesse em receber investimentos, o próprio desenvolvimento brasileiro teve uma participação importante de capital estrangeiro, e esta participação desde que limitada, como é o caso da reserva de mercado garantida pela lei da informática, é positiva para o País".

No caso da informática, observou o ministro, "as limitações foram feitas corretamente".

As declarações do ministro da Fazenda foram feitas ontem, após almoço na Embaixada do Canadá, que reuniu os empresários Brasil/Canadá. Durante o almoço, solicitado pelo próprio ministro, a questão da Constituinte voltou a ser tocada, desta vez no ponto da estabilidade no emprego. Bresser informou aos empresários que "tentou interferir na questão" mas não adiantou, apesar de o governo ter sinalizado com clareza a sua posição sobre estas questões.